



O agravamento da vulnerabilidade das mulheres e crianças em meio ao desastre climático no RS

Jornal da Universidade / 28 de maio de 2024

Artigo | Mestranda em Política Social e Serviço Social, Alícia Marques defende a necessidade de espaços exclusivos para o acolhimento desse público e a criação de políticas sociais com perspectiva de gênero

*Foto: Flávio Dutra/JU

O mês de maio chegou trazendo para as famílias gaúchas uma ruptura com tudo o que conhecíamos como seguro. Ninguém que estava no estado quando este mês iniciou será o mesmo quando junho começar. Lares foram destruídos, famílias separadas, pessoas perderam seus parentes amados.

Em meio a destruição, caos e desamparo pelo poder público, uma coisa chamou a atenção do país inteiro: a solidariedade do povo pelo sofrimento gaúcho. Brasileiros – e até mesmo estrangeiros – suspenderam suas rotinas para ajudar a salvar e manter, por meio de doações de roupas, dinheiro, água ou comida, as pessoas e animais em meio aos alagamentos que nos assolam. Um aspecto que está chamando bastante a atenção de todos, também, é a quantidade volumosa de voluntários, das mais diversas áreas de expertise, dispostos a doar seu tempo para o resgate e manutenção da vida alheia.

Entretanto, períodos de eventos climáticos extremos evidenciam e agravam as vulnerabilidades das minorias sociais que, durante a vida comum, já se encontram suscetíveis às violências. O machismo e o comportamento violento contra mulheres e crianças não cessam em momentos de calamidade pública. Na verdade, **especialistas apontam que eventos climáticos agravam a violência de gênero**.

Nos abrigos montados às pressas em escolas e ginásios das cidades gaúchas para recepção das pessoas que perderam seus lares e pertences pessoais, começaram a surgir denúncias de abusos físicos e sexuais cometidos contra mulheres e crianças. Em menos de uma semana, espaços voltados para o acolhimento de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade se tornaram ambientes de violações humanas para algumas delas.

O Ministério das Mulheres, por meio da ministra Cida Gonçalves, iniciou uma discussão com as autoridades locais para criação de um protocolo destinado a situações de desastres climáticos com recorte específico para as mulheres. Na reunião em que estavam presentes representantes do Conselho Estadual de Mulheres do Rio Grande do Sul e parlamentares, **foram denunciados os abusos sofridos pelas mulheres e crianças nos espaços para abrigados**, bem como foram reivindicados “um local para fazer esse tipo de denúncia, banheiros exclusivos para mulheres, abrigos exclusivos para mulheres e crianças, atendimento psicológico e itens específicos em meio às doações que chegam ao estado, como absorventes, fraldas, itens de higiene, roupas íntimas e roupa de banho”.

Após o encontro, a ministra deslocou-se ao estado para audiência com o governador Eduardo Leite, a fim de articular medidas voltadas às necessidades de segurança e assistência específicas da população feminina gaúcha.

É evidente a indispensabilidade da abordagem com recorte de gênero na criação das políticas sociais, sob pena de omissão em relação às principais vítimas da violência que se somou ao desastre climático.

Foi nessa perspectiva que a própria sociedade civil, por meio de organizações que lutam pelos direitos das mulheres e voluntárias, se uniu para o estabelecimento de espaços para acolhimento das mulheres vítimas das enchentes. Até o momento da redação deste texto, tem-se conhecimentos de abrigos organizados para o recebimento exclusivo de mulheres e crianças nas cidades de Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul e Viamão. Da mesma forma, dentro dos abrigos “comuns” as voluntárias estão sendo orientadas a não circularem pelos ambientes sozinhas e está sendo organizada, quando possível, a separação entre os homens e as mulheres com crianças, dedicando-se, inclusive, vigilantes para a realizar a segurança.

É importante ressaltar que, a fim de se preservar a proteção das abrigadas e evitar represálias, muitos dos abrigos exclusivos para mulheres e crianças não divulgam publicamente seus endereços, sendo necessário entrar em contato diretamente com as voluntárias que auxiliam no transporte e acolhimento de quem necessita. Ademais, as mulheres que forem vítimas de abusos ou importunações sexuais podem acionar a Polícia Militar (190), a Polícia Civil (197), o Disque Denúncia (181) ou a Central de Atendimento à Mulher (180) – este último possui atendimento específico para as mulheres vítimas de violências cometidas no Rio Grande do Sul, basta apertar a tecla 7 durante a ligação.

Por fim, deve-se ter em vista que a neutralização dos alagamentos e o eventual retorno dos refugiados climáticos para suas casas não encerra o trabalho a ser realizado pelas autoridades públicas em relação ao povo gaúcho, especialmente para as mulheres e crianças importunadas nos abrigos.

Além disso, estamos diante de um cenário no qual a maior parte do trabalho em relação aos abrigados está sendo transferido pelos governos municipal e estadual aos voluntários, que já estão exaustos após tantos dias. Será preciso restabelecer a dignidade para a população, porquanto as consequências do que ainda estamos passando perdurarão e a reconstrução do estado será um trabalho permanente nos próximos anos. Um trabalho que deverá ser realizado com perspectiva de gênero.

Alícia Marques é mestranda em Política Social e Serviço Social pela UFRGS e bacharela em Ciências Jurídicas e Sociais pela mesma instituição.

“As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.”

:: Posts relacionados



Carta aos leitores | 05.06.24



Receita catastrófica: desmonte do Estado com mudanças climáticas



Para repensar a infraestrutura urbana

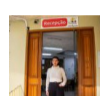


Sobre inundações, ou a importância do urbanismo

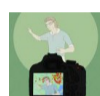
:: ÚLTIMAS



Carta aos leitores | 13.06.24



Conhecimento do português proporciona acolhimento para imigrantes que vivem no Brasil



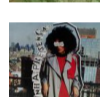
Movimento de plataformização do trabalho docente



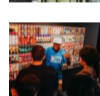
O Direito e a prevenção de desastre ambiental



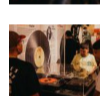
Atuação do NESA-IPH frente às inundações



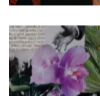
A presença negra num bairro riograndino



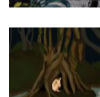
Carta aos leitores | 06.06.24



A cultura Hip Hop expressa sua coletividade em espaços que demarcam sua presença no RS



Impercepção botânica na política ambiental



Árvores podem aliviar deslizamentos e enchentes

[View on Instagram](#)

INSTAGRAM

[jornaldauniversidadeufrgs](#)
@jornaldauniversidadeufrgs

Follow

REALIZAÇÃO

JORNAL DA
UNIVERSIDADE

UFRGS
SECOM

UFRGS

CONTATO

Jornal da Universidade
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria - 8.andar | Câmpus Centro |
Bairro Farroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP:
90040-060

[\(51\) 3308.3368](tel:5133083368)

jornal@ufrgs.br